

SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA

Entrevista à jornalista Giselle Lima, PR.

Março de 2010.

1) Conversei com alguns especialistas que me apontaram a droga (álcool, crack, entre outras) como a principal causa hoje no país de aumento dos crimes contra pessoa. Gostaria de saber a sua opinião a respeito. Você também acredita que o aumento da violência urbana está diretamente ligada a expansão das drogas?

Um dos problemas mais sérios que temos no Brasil na área da segurança pública é a ausência de uma forte tradição de pesquisas científicas. O que prevalece, por conta desta lacuna, são as opiniões. Quando tratamos de políticas públicas de segurança, entretanto, devemos ter muito cuidado com as opiniões, porque opiniões erradas podem matar. Parece evidente que há uma correlação entre disseminação do mercado ilegal de drogas e a violência. Há, pelo menos, dois elementos importantes: tráfico de drogas é um negócio muito lucrativo que, por decorrência, promove uma série de disputas. Só por isso, não há tráfico de drogas sem tráfico de armas. Por outro lado, dependentes químicos sem recursos para comprar drogas costumam roubar. Ambos os motivos agenciam novos cenários de violência, o que é muito visível, por exemplo, no caso do crack. Daí a se afirmar que a violência no Brasil é, basicamente, um problema derivado do tráfico de drogas vai uma determinada distância. Ainda que tivéssemos evidências suficientes para amparar esta afirmação, estaríamos diante de várias conclusões possíveis. A pior delas – porque ingênua e completamente ineficiente – é aquela que afirma que para enfrentar a violência será preciso derrotar o tráfico com mais repressão. Aliás, esta ideia termina por funcionar como uma desculpa permanente para aqueles que não estão dispostos a desenvolver políticas sérias na área. Penso, a propósito, que devemos aprofundar o debate sobre a legalização do consumo de drogas no Brasil.

2) Como resolver este problema? Por onde devemos começar?

Infelizmente, não há uma receita. Há entretanto, caminhos a serem trilhados e “atalhos” que devem ser evitados. Primeiro, é preciso lembrar que o Brasil não tem um problema de violência, mas vários. Há a violência de rua, disseminada nos grandes centros urbanos e que tem banalizado os crimes patrimoniais; há a violência doméstica, que vitima centenas de milhares de mulheres e crianças; há a violência na escola e as práticas de *bullying* que seguem invisíveis; há a violência do preconceito racial, da homofobia, a violência contra os idosos e a violência contra os pobres; há a violência praticada pelo Estado, a começar pelas condições aviltantes de nossas prisões e pela própria violência policial. No mais, em cada cidade, em cada região, há dinâmicas específicas de violência que precisam ser conhecidas. Sem isso, estaremos tratando um fenômeno que é, por definição, complexo, como se ele fosse algo homogêneo

e simples. Então, a primeira exigência para uma política de segurança é a produção de um diagnóstico competente, o que exige o recurso de pesquisas de vitimização e estudos de perfil de homicídio, para começar. Sem isso, seguiremos no terreno da improvisação e das respostas reativas. É preciso não tomar o “atalho” tradicional dos gestores que imaginam que segurança pública é o mesmo que efetuar prisões. Nunca na história do Brasil se prendeu tanto e os resultados são, como se sabe, precaríssimos. Na maioria das vezes, a dinâmica de encarceramento em massa que temos praticado termina por ser extremamente funcional à reprodução ampliada do crime. Seja porque agenciamos novas oportunidades delituosas nas cadeias, seja porque condenamos os egressos do sistema penitenciário à marginalização, como que os “empurrando” de volta ao crime.

3) Qual a parcela de responsabilidade da sociedade na busca por esta solução?

Primeiramente, quero situar a responsabilidade da mídia. No Brasil, amplos segmentos da imprensa descobriram que a violência pode ser transformada em um espetáculo e que isto pode render audiência e anunciantes. A maneira sensacionalista como, tão frequentemente, a mídia tem tratado os fenômenos do crime e da violência disseminam o medo e estimulam a criação de um mercado muito lucrativo de segurança privada. O alarme social, entretanto, não contribui para que o Estado seja, de fato, cobrado pelos resultados que está oferecendo na área da segurança. Pelo contrário, muitas vezes é a imprensa que “pauta” os governos para que eles providenciem respostas reativas, invariavelmente com mais prisões e mais violência. Como regra, pelo menos, a imprensa não tem desempenhado sua função de denunciar a incompetência dos gestores na área, nem está habilitada a produzir análises mais profundas sobre temas como a violência e o crime. A população, como decorrência, que já se sente abandonada pelo Estado, encontra na mídia apenas a sua própria perplexidade.

4) Na sua opinião a violência hoje é um problema exclusivamente de polícia? explique.

Claro que não. Políticas de segurança devem ter nas polícias uma estrutura básica e imprescindível, mas a construção é muito mais complexa. Ela envolve o desafio de fixar alicerces sólidos que começam nas relações familiares e na escola e deve, ainda, desenvolver muitos andares para uma articulação orgânica com as políticas de saúde, com as políticas culturais, com a busca por relações respeitadas no trânsito, com o combate à intolerância e aos preconceitos, etc. Pensar a segurança pública como algo que diga respeito apenas às polícias é reproduzir uma ilusão perigosa – porque tendente a maximizar a presença repressiva do Estado, o que sempre implica em diminuir a liberdade dos cidadãos – e, sobretudo, injusta com as polícias, pois se passa a exigir delas aquilo que elas não podem produzir: o enfrentamento dos fatores de risco para o crime e a violência.

5) Alguns levantamentos do Ministério da Justiça apontam que a polícia

do Paraná está entre as que mais prende e investe no país. Em média 100 pessoas são presas todos os dias aqui no Estado acusadas de envolvimento com a criminalidade, principalmente mortes ligadas ao tráfico de drogas. Pergunto: Como você analisa o trabalho da polícia dentro deste contexto que mesmo com todos estes investimentos, não consegue reduzir a violência no estado?

Polícias que prendem muito se especializam em “enxugar gelo”. É o que chamo da “Síndrome da Rainha Vermelha”, título de um de meus livros. Em “Alice no País das Maravilhas”, há uma passagem onde Alice corre muito com a Rainha Vermelha. Exausta, ela resolve descansar, quando descobre que estava no mesmo lugar. Alice fique muito intrigada com isso. A Rainha, então, lhe pergunta: “Mas de onde você vêm é diferente?” Alice diz que sim. Então a Rainha assinala: - “Que lugar estranho o seu. Aqui, para ficar no mesmo lugar é preciso correr muito”. Quando nossas polícias se dedicam a prender muita gente, imaginam que estão fazendo um bem. O que elas não se dão conta é que estão correndo muito para ficar no mesmo lugar. Ocorre que todas as pessoas que são presas, saem das prisões, mais cedo ou mais tarde. Normalmente, em uma situação bem pior. A maioria delas não irá encontrar empregos, seja porque não aprenderam nada de bom no cárcere, seja porque nossa sociedade não está disposta a empregar ex-presidiários. Então, a prisão termina funcionando como um meio bastante caro de tornar as pessoas piores e de condená-las eternamente. Na verdade, prisões em massa são um caminho muito eficaz para aumentar o número de pessoas envolvidas com o crime e a violência. Devíamos escolher outro caminho: reservar as penas de prisão apenas àquelas pessoas que são, de fato, uma ameaça à vida ou à integridade física dos demais. Quem não estiver nesta condição não deve ser encarcerado. É possível tratar vários ilícitos com mecanismos como aqueles propostos pela Justiça Restaurativa; é possível responsabilizar as pessoas com penas alternativas à prisão e mesmo no âmbito do direito civil. Como regra, esta foi a opção da maioria dos países europeus. No Brasil, entretanto, seguimos cada vez mais o modelo americano de encarceramento, sem que as pessoas se dêem conta de que isso é um “tiro no pé”.

6) É correto afirmar que os homicídios não são crimes prevenidos somente com ações policiais?

Sim. As experiências internacionais mais bem sucedidas de redução das taxas de homicídio – e mesmo aquelas que já temos no Brasil como a experiência de São Paulo, ou como o “Programa Fique Vivo” de Belo Horizonte - combinam várias intervenções, privilegiando o enfrentamento de fatores de risco como disponibilidade de armas de fogo, abuso no consumo do álcool, políticas de inclusão focadas em jovens em situação de fragilidade social, entre outras. As polícias podem ser muito importantes para a redução de homicídios (focando suas investigações, por exemplo, nos responsáveis pelas execuções – mandantes e executores), mas se atuarem sozinhas, sem uma política de Estado que selecione o objetivo de reduzir os homicídios, não conseguirão ir muito longe.

7) Como explicar o resultado positivo do trabalho policial no combate a crimes contra o patrimônio, por exemplo e o mesmo resultado não é obtido nos homicídios?

Não considero que tenhamos resultados positivos no combate aos crimes contra o patrimônio. Os indicadores disponíveis não apontam para uma história de sucesso nesta área; pelo contrário. Furtos e roubos são menos importantes que os crimes dolosos com resultado morte (homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte). Algumas polícias brasileiras têm obtido resultados muito significativos quanto aos homicídios, mas a maioria delas possui taxas de esclarecimento que beiram o ridículo, como no Rio de Janeiro (em torno de 2%). Os problemas são muitos: primeiro, ausência de prioridade dos governos para que se tenha o devido foco na redução dos homicídios; segundo, ausência de investimentos em Inteligência policial (seguimos comprando armas e viaturas, desprezando completamente temas como a gestão de informações); terceiro, perícias criminais sucateadas ou com falta de pessoal (o que inviabiliza, muitas vezes, a produção de uma prova de qualidade nos inquéritos). O resultado é que as polícias passam a se dedicar verdadeiramente ao esclarecimento de homicídios apenas quando a vítima é uma pessoa considerada “importante”. Para as demais, muitas vezes sequer os inquéritos são conclusos.